



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2012

À Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.

EM 26, 06, 2012

Altera o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, para conceder às comissões parlamentares de inquérito o poder de declarar a indisponibilidade bens.

(*Sen Lindbergh Farias*)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 58, § 3º, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e poder para decretar a indisponibilidade de bens, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

.....(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa que ora submetemos à deliberação desta Casa tem o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de investigação conduzidos pelo Parlamento, dando-lhes mais eficácia e efetividade.

Com efeito, embora hoje as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) sejam dotadas dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais estão impedidas de adotar medidas destinadas a reparar ou diminuir os prejuízos causados por atos ilícitos que desvela.

De fato, o entendimento da jurisprudência é o de que as CPIs não têm competência para decretar a indisponibilidade de bens. Ocorre, entretanto, que no curso do inquérito parlamentar muitas vezes são descobertos atos ilícitos que demandam a decretação imediata da indisponibilidade de bens sob pena de a demora na adoção de tal medida frustrar o objetivo de buscar reparação para a sociedade daquilo que lhe foi indevidamente retirado.

Por essa razão, estamos tomando a iniciativa de apresentar esta proposta de emenda à Constituição.

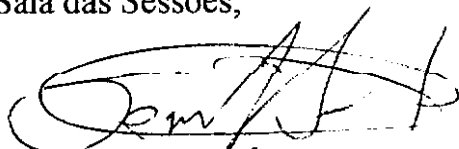
Cumpre também registrar que não estamos aqui propondo que seja estendido às CPIs o poder de decretar qualquer espécie de medida cautelar. Sabemos perfeitamente que tal poder é precípua do Poder Judiciário, conforme estabelece o princípio da separação de poderes acolhido por nossa Lei Maior.

Apenas estamos conferindo às CPIs uma espécie determinada de medida acautelatória: a indisponibilidade de bens, com o objetivo de garantir a celeridade e a eficiência na defesa do patrimônio público.

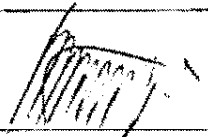




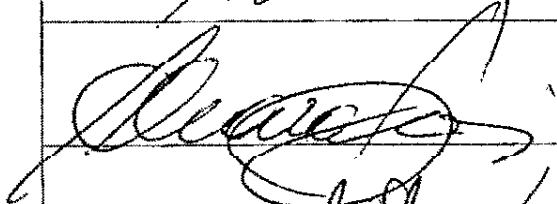

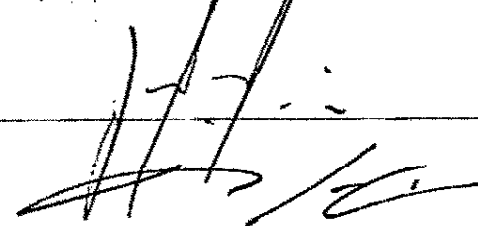
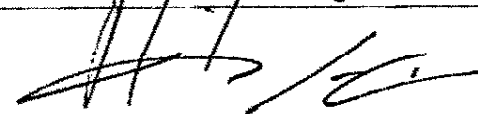
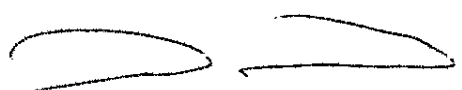
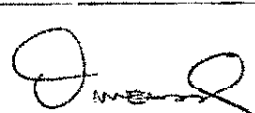
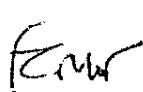
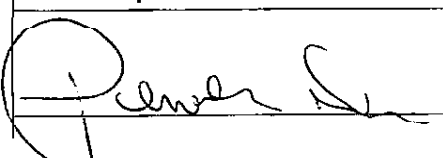
Por fim, cabe ainda ponderar que a pessoa atingida pela indisponibilidade de bens poderá recorrer ao Poder Judiciário se entender que a comissão abusou ao decretar a medida, como é garantia constitucional de todos os cidadãos.


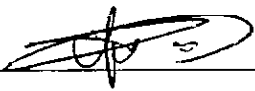
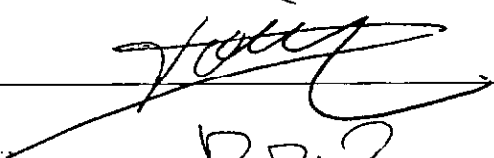
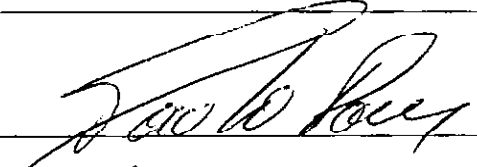


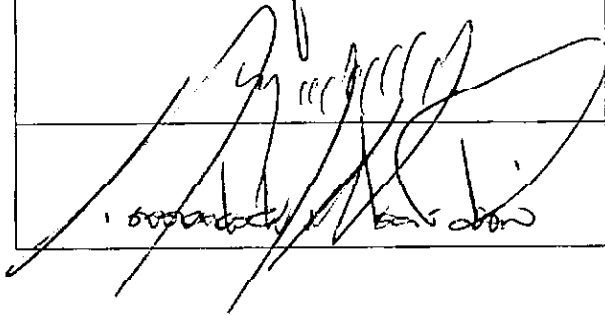
Em face do exposto, solicitamos o apoio de nossos pares para a aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,



Senador SÉRGIO SOUZA

NOME	ASSINATURA
EDIN CAVALLO	
	MOZORILLO
	Berico Maggi
	ANA AMÉLIA - (PP/RS)
	EUNÍCIO OLIVEIRA
	ALVARO DIAS
	Angela Portela
	Jaime Campos
	VIC Humph
	WILDEAIR AOKA
	IVANESSA GRAZZIOTIN
	FERNANDO COLLOR
	ZÉTE PORRELLA

Amilton Lima	Amilton Lima
	CSG ALCAPINO
	Carla de Mello
lana	ANA RITA ESCARID
	
PRIZ	Paulo Muri
RODRIGO ROLLEMBERG	Paulo Muri
LIDICE DA MATA E SOUZA	Paulo Muri
Paulo Muri	Paulo Muri
	REMAN CALHIAZOS
lana	lana
	JIM ARCELLO
	Yacine Ponto
lana	FELIX ALBERTO

Legislação Citada

Constituição Federal

.....
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....
§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....
Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 27/06/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:12873/2012